

COMUNICADO MESA NACIONAL

1. Os primeiros meses de governação do PSD são marcados por uma contrarreforma fiscal sem precedentes, com o compromisso de redução de 5 p.p. na taxa de IRC paga pelas grandes empresas e por uma alteração no “IRS jovem” destinada a beneficiar os salários mais altos. Na habitação, a prioridade é dada à promoção do Alojamento Local contra a habitação e, também aí, à redução dos impostos sobre os mais ricos. Na Saúde, à incompetência e ao autoritarismo, o Governo acrescenta a privatização de serviços essenciais do SNS enquanto nega melhores condições de trabalho aos seus profissionais. Com base no seu programa de direita, Luís Montenegro convoca a chantagem da instabilidade para requisitar o PS para a viabilização do Orçamento do Estado que concretiza estas opções erradas. A viabilização do OE do PSD significa, na prática, o suporte a este Governo até 2027 (data em que volta a ser possível convocar novas eleições). O Bloco de Esquerda, em respeito pelo seu mandato, rejeita a chantagem do Governo e assume-se como alternativa política à direita e ao seu programa. Do PS, espera-se o fim da ambiguidade nesta questão.

2. O Bloco de Esquerda saúda os 45 anos do SNS, uma das maiores conquistas da nossa democracia e um pilar fundamental da coesão social. Desde a sua criação, o serviço público de saúde tem sido um instrumento indispensável na promoção do crescimento económico e na melhoria de todos os indicadores de saúde, alguns dos quais como a mortalidade infantil, mortalidade evitável ou internamentos evitáveis, encontramos agora no topo da OCDE. Os trabalhadores de saúde são um dos pilares fundamentais do SNS. É necessário inverter, com urgência, a política de constante desvalorização a que médicos, enfermeiros, TSDT, assistentes técnicos e operacionais, farmacêuticos, assistentes sociais, psicólogos e nutricionistas, sem esquecer os trabalhadores da limpeza e segurança, têm sido sujeitos. É com enorme preocupação que constatamos que o atual governo relega para segundo plano estes profissionais. Neste momento de celebração, reafirmamos o nosso compromisso inabalável com a defesa do SNS, o investimento na sua modernização e na valorização dos seus profissionais.

3. O verão deixou evidente a estratégia do Governo para a Saúde: promover o caos no SNS e transferir recursos para o privado. Dezenas de urgências estiveram encerradas, grávidas foram obrigadas a percorrer centenas de quilómetros para encontrar uma maternidade aberta, o número de utentes sem equipa de saúde familiar continuou a aumentar e o atraso nos concursos para recém-especialistas fez com que o SNS corra o risco de perder mais de 900 dos 1350 médicos que formou no último ano. Enquanto isso, o Ministério celebrou um

protocolo para transferir 65 milhões de euros para o Hospital da Prelada, propriedade da Misericórdia do Porto, anunciou a abertura de 20 USF de gestão privada e transferiu ainda mais grávidas (o dobro das transferidas em 2023) para hospitais privados. O chamado Plano de Emergência apresentado pelo Governo, que concretiza instrumentos de privatização criados pelo PS, nunca foi um plano para o SNS, mas sim um plano para satisfazer os grandes empresários da saúde privada. É à luz desta vontade que deve ler-se o desinteresse do Governo num acordo com profissionais sobre carreiras e salários, ou os conflitos com as administrações das unidades do SNS, como aconteceu agora no Hospital Garcia de Orta e na ULS Almada Seixal. O Bloco não desiste do SNS e defende um aumento de 20% transversal a todos os profissionais do SNS, com majoração de 40% para quem optar pela dedicação exclusiva.

4. O Bloco de Esquerda saúda os 45 anos do SNS, uma das maiores conquistas da nossa democracia e um pilar fundamental da coesão social. Desde a sua criação, o serviço público de saúde tem sido um instrumento indispensável na promoção do crescimento económico e na melhoria de todos os indicadores de saúde, alguns dos quais como a mortalidade infantil, mortalidade evitável ou internamentos evitáveis, encontramos agora no topo da OCDE. Os trabalhadores de saúde são um dos pilares fundamentais do SNS. É necessário inverter, com urgência, a política de constante desvalorização a que médicos, enfermeiros, TSdT, assistentes técnicos e operacionais, farmacêuticos, assistentes sociais, psicólogos e nutricionistas, sem esquecer os trabalhadores da limpeza e segurança, têm sido sujeitos. É com enorme preocupação que constatamos que o atual governo relega para segundo plano estes profissionais. Neste momento de celebração, reafirmamos o nosso compromisso inabalável com a defesa do SNS, o investimento na sua modernização e na valorização dos seus profissionais.

5. O ano letivo começou, uma vez mais, com milhares de alunos sem professor/a a pelo menos uma disciplina do Básico e Secundário e com o espectro do aumento das propinas pagas pela frequência do Ensino Superior. O governo preparou mal o regresso às aulas do Ensino Básico e Secundário. Apresentou, em junho, um plano que dependia, principalmente, de convencer os professores reformados a voltar a dar aulas e os professores mais velhos ainda no ativo a aumentarem a sua carga de trabalho. Depois, lançou alarmismo e confusão sobre o concurso de professores, dizendo erradamente que tinha aberto 6000 vagas adicionais, quando o problema eram os milhares de vagas que ficaram por preencher. "Em cima do arranque do ano letivo, o Governo criou um modelo de apoio temporário aos docentes deslocados que não resolve o problema e cria novas desigualdades. Ao misturar o conceito de "escola carenciada" com a questão dos docentes,

o Governo reduz administrativamente de forma substancial o universo dos professores que receberão o apoio, criando injustiça e falta de transparência." No Ensino Superior, a longa luta do movimento estudantil e o empenho do Bloco de Esquerda permitiram a redução das propinas de 1068€ para 697€ em 2020/2021. O PS interrompeu esse caminho em 2021 e o Governo PSD-CDS quer invertê-lo em 2024. Rejeitamos o aumento das propinas. O Bloco de Esquerda mantém o compromisso com a defesa de mais investimento na Escola Pública, caminhando para a meta de pelo menos 6% do PIB, de forma a garantir o aumento das vagas de creche e do pré-escolar, o recrutamento do número de professores necessário ao básico e secundário, o fim das propinas no primeiro ciclo do ensino superior e o acesso ao alojamento para todos os estudantes deslocados.

6. A auditoria realizada pela Inspeção-Geral de Finanças às contas da TAP valida algumas das principais conclusões da Comissão de Inquérito à gestão da TAP, em boa hora proposta pelo Bloco. O relatório da IGF confirma o desastroso processo de privatização da companhia aérea realizado pelo governo de gestão do PSD em 2015, sob a responsabilidade de Maria Luís Albuquerque, ministra das Finanças, e de Miguel Pinto Luz, secretário de Estado das Infraestruturas. Das suas conclusões, destacam-se as seguintes i) Neeleman, através de um acordo com a Airbus, utilizou fundos da própria TAP para cumprir as suas obrigações de capitalização da empresa; ii) o governo do PSD teve conhecimento atempado de toda operação montada por Neeleman; iii) a TAP celebrou ainda um contrato de prestação de serviços com os principais acionistas, que assim receberam pagamentos no valor de quatro milhões de euros. Para além da possível ilicitude destas práticas, a ser avaliada pelo Ministério Público, torna-se evidente que a privatização serviu os interesses financeiros e comerciais de David Neeleman e da Airbus, em prejuízo da TAP. As responsabilidades políticas por esta operação cabem ao então Governo do PSD, em particular à então ministra das Finanças, agora nomeada por Luís Montenegro para Comissária Europeia, e ao ex-secretário de Estado das Infraestruturas, atual Ministro das Infraestruturas com a tutela da TAP. Este processo confirma a falta de idoneidade política, tanto de Maria Luís Albuquerque para o cargo europeu que pretende ocupar, como de Miguel Pinto Luz para exercer a tutela da TAP. Empresa estratégica e lucrativa, a TAP deve ser mantida nas mãos do Estado como forma de a preservar de processos predatórios, como o da privatização de 2015.

7. Onze meses após o início da guerra genocida de Israel contra a Faixa de Gaza, o saldo humanitário é catastrófico. Os ataques israelitas já vitimaram mortalmente mais de 40 mil civis palestinianos - na sua maioria mulheres, crianças e jovens - e feriram 90 mil. Perante a passividade cúmplice das principais potências mundiais e da maioria dos países ocidentais,

Netanyahu perpetua um genocídio na Palestina e avança com a expansão colonial na Cisjordânia. A limpeza étnica e a obstrução à criação de um Estado palestino viável são objetivos declarados do governo da extrema-direita sionista. A indiferença dos governos contrasta com a reação de milhões de pessoas que, em todo o mundo, têm ocupado as ruas e exigido o boicote e sanções a Israel. O Bloco de Esquerda integra e dialoga com essa onda de solidariedade internacionalista, associando-se a todas as iniciativas que apelam a um cessar fogo permanente e à libertação da Palestina, nomeadamente às manifestações que, em outubro, em vários pontos do país, vão assinalar um ano desde o começo dos ataques israelitas a Gaza. No plano institucional, o Bloco de Esquerda continuará a exigir que a diplomacia portuguesa empregue em toda a extensão os seus poderes diplomáticos para impor a via da paz a Israel, para que o Estado da Palestina seja reconhecido pela República Portuguesa, para nenhuma entidade pública ou privada portuguesa colabore com a ocupação da Palestina e para impedir o envio de armamento para Israel através de território português ou com bandeira portuguesa, como no caso do Kathrin.

8. A crise da UE, vincadamente reconhecida no relatório “Futuro da Competitividade Europeia” elaborado por Mario Draghi, a pedido de Ursula von der Leyen, é parte da crise da globalização neoliberal e das mudanças em curso, nomeadamente com a alteração nos elementos centrais da economia global e a ascensão de novas potências como a China em competição com o bloco dos EUA. As guerras em curso, também as comerciais, refletem essa crise. O relatório Draghi traça um plano que confirma e reforça a reorientação para uma estratégia belicista, com o argumento de que é preciso “recuperar o atraso” e “autonomia estratégica”. Fazê-lo a partir da corrida armamentista coloca em causa o papel que a UE devia ter, conforme anunciado pelos fundadores, na promoção da paz.

O Relatório Draghi afirma que “será preciso financiamento público com recursos comuns”, referindo que nem o investimento privado, nem o quadro financeiro plurianual – “demasiado fragmentado” – serão suficientes, o que significará cortes no investimento público noutras áreas, nomeadamente no Estado social (serviços públicos) e na crescente desregulação/liberalização da economia, certamente com consequências nos direitos dos trabalhadores.

O elevado nível da emissão de ativos para suportar o aumento da dívida exigirá “um conjunto mais sólido de regras orçamentais que garantam que um aumento da dívida comum seja acompanhado de uma trajetória mais sustentável da dívida nacional”, ou seja, segundo o Relatório um maior e acrescido controlo sobre opções dos orçamentos nacionais, o que conduzirá à impossibilidade prática de políticas públicas nacionais que ficam em absoluto sujeitas a aprovação de Bruxelas. O Bloco rejeita este caminho para a

UE, incompatível com uma Europa defensora da paz, solidariedade, cooperação e de elementos essenciais de soberania.

9. A guerra desencadeada a partir da inadmissível invasão da Ucrânia pela Federação Russa arrisca tomar novas dimensões e desencadear uma escalada militar com consequências de enorme gravidade, potenciada pela possibilidade de fornecimento à Ucrânia de mísseis de longo alcance teleguiados por países da NATO para ataque ao território russo, confirmando a entrada da NATO na guerra. Milhares de vidas ceifadas, militares e civis, acumulam-se de ambos os lados, a destruição de infraestruturas e os crimes ambientais são de enorme e já não contabilizável dimensão. A estratégia belicista é destruidora, alimenta instabilidade económica, social e política, e só tem como resultado prolongar uma guerra que serve os desígnios geoestratégicos das potências que disputam hegemonias, mercados, interesses económicos globais e influência mundial.

A UE insiste na via militar e na escalada armamentista, como o próprio relatório Draghi vem confirmar, para lidar com a guerra na Ucrânia até conseguir a “derrota da Rússia”, alinhando com os desígnios da NATO que impõe essa estratégia ao eixo euro-atlântico. O Bloco considera que todos os esforços da UE devem ser dirigidos e concentrados para se conseguir urgentemente um cessar-fogo que abra condições para a negociação de um acordo de paz, abandonando a escalada no fornecimento de mais armas ofensivas como via para se alcançar o fim da guerra e rejeita o aumento dos gastos com armamento à custa dos orçamentos para apoios sociais em cada país.

10. Depois de vários fracassos em mobilizações de rua, André Ventura arrisca novamente a convocatória de uma manifestação nacional. É no dia 21, com a colaboração de grupos neonazis, e terá resposta unitária em torno da marcha comemorativa do centenário de Amílcar Cabral, que já estava convocada para a Avenida da Liberdade nesse mesmo dia. A Marcha Cabral - "contra o fascismo, à xenofobia e ao neocolonialismo" -, tornou-se o lugar natural para a força do 25 de Abril responder ao discurso do ódio. Face à mobilização da extrema-direita, pessoas de diversos quadrantes democráticos estão a apelar à participação. A Marcha descerá do Marquês de Pombal até à Baixa, às 15h.

11. No sábado seguinte, a 28 de setembro, decorrerão em vários pontos do país as manifestações "Casa para Viver" pelo direito à habitação. Marcadas para Faro - Almada - Lisboa - Coimbra - Covilhã - Braga - Porto, estas são as primeiras grandes

manifestações contra o governo da AD, em defesa de políticas públicas pelo direito à habitação, que enfrentem a onda especulativa e de turistificação desenfreada que destrói as nossas cidades. Seja na frente unida contra a extrema-direita, seja na mobilização popular contra as políticas de PS e PSD que transformaram Portugal no caso mais grave da crise na habitação que assola a Europa, o Bloco assume as tarefas do período, recusando o recuo e construindo a alternativa.

12. Depois de o Governo de maioria absoluta do PS ter negligenciado inaceitavelmente o seu dever legal e constitucional de regulamentar a lei da morte assistida, o Governo das direitas assume abertamente o propósito de não proceder à regulamentação. O Bloco de Esquerda denuncia esta violação grosseira do Estado de Direito Democrático e associa-se à exigência da larga maioria da sociedade portuguesa pela rápida e adequada regulamentação da lei.

13. O Funchal foi palco de mais um grave incêndio durante o mês de agosto, que colocou em risco a vida de pessoas e animais, e ameaçou casas e propriedades agrícolas. A rápida deflagração deste incêndio, pela conjugação de condições climáticas a isso favoráveis, expôs a incapacidade e irresponsabilidade do Governo Regional do PSD-Madeira, quer na prevenção como na resposta à catástrofe. À exclusão da Madeira do Plano Nacional de Combate a Incêndios Florestais juntou-se agora a recusa inicial em acionar meios de combate da República. À negligência quanto ao ordenamento florestal e dos territórios rurais, Miguel Albuquerque acrescentou o descaso perante uma população aflita, tendo retomado as suas férias no Porto Santo enquanto a freguesia de Serra de Água. Este episódio comprova, uma vez mais, que nem Miguel Albuquerque, nem o PSD-Madeira, têm condições políticas para continuar a governar a Região. A responsabilidade pela desastrosa resposta aos incêndios de agosto é assim extensível aos partidos que apoiam o Governo de Albuquerque, o Chega, o PAN, a IL, e o CDS.

14. A Mesa Nacional dá início a um processo alargado de revisão programática do Bloco de Esquerda, sob o lema SOCIALISMO DE FUTURO, que terá a duração de um ano, e aprova a constituição do seu grupo dinamizador.

15. A Mesa Nacional cria um grupo de trabalho para elaborar um projeto de formação política, sob o lema SOCIALISMO DE FUTURO.

16. A Mesa Nacional convoca uma Conferência Nacional para os dias 26 e 27 de outubro, sob o lema SOCIALISMO DE FUTURO, para debater a situação internacional e do país, a

política de alianças nas eleições autárquicas e as prioridades do Bloco de Esquerda. A Conferência realizar-se-á no Porto, sob responsabilidade da Comissão Política.

17. No dia 6 de outubro, o Encontro Nacional de Autarcas e Ativistas Locais, em Coimbra, debaterá linhas programáticas e acolherá troca de experiências entre autarcas de todo o país.

15 de setembro de 2024